



COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA.

ISSN: 2236-8000
v. 19, n. 1, p. 264-285, jan-jun, 2024

Para onde fomos, para onde vamos: sentidos dos discursos ambientais do Brasil na Assembleia Geral da ONU (1985-2022)

¿Adónde hemos ido, adónde vamos: sentidos de los discursos ambientales de Brasil en la Asamblea General de la ONU – 1985-2022

Where have we gone, where are we going: meanings of Brazil's environmental speeches at the UN General Assembly's work – 1985-2022

Antonio Roberto ROSSI

Mestre em Comunicação/Universidade Paulista (UNIP)
E-mail: rossigprs@gmail.com

Paolo DEMURU

Doutor em Semiótica pela Universidade de Bologna/
Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie
E-mail: paolo.demuru@mackenzie.br

Enviado em: 14 março. 2024

Aceito em: 09 julho. 2024

RESUMO

Este artigo objetiva compreender os sentidos dos discursos ambientais do Brasil nas aberturas de trabalhos da Assembleia Geral da ONU entre 1985 e 2022. Utilizamos a fundamentação teórica da semiótica de Algirdas Julien Greimas, da sociosemiótica de Eric Landowski e autores da ecologia. A partir do percurso gerativo de sentido, identificamos os atores e as estruturas enunciativas, as isotopias temáticas e figurativas de tais discursos e os sentidos que deles emanam. Os resultados apontam para avanços na agenda socioambiental do Brasil, todavia, os sentidos atribuídos ao meio ambiente indicam seu uso como objeto de valor em modalizações econômicas e políticas.

Palavras-chave: comunicação midiática; semiótica; meio ambiente; ONU; política

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender los significados de los discursos ambientales de Brasil en la apertura de los trabajos de la Asamblea General de ONU entre 1985 y 2022. Utilizamos el fundamento teórico de la semiótica de Algirdas Julien Greimas, la sociosemiótica de Eric Landowski y autores de la ecología. Desde el Camino Generativo del Significado, identificamos los actores y estructuras enunciativas, los isótopos temáticos y figurativos de dichos discursos y los significados que de ellos emanam. Los resultados apuntan a avances en la agenda socioambiental de Brasil, sin embargo, los significados atribuidos al medio ambiente indican su uso como objeto de valor en modalidades económicas y políticas.

Palabras-clave: comunicación mediática; semiótica; medio ambiente; ONU; política.

ABSTRACT

This article aims to understand the meanings of Brazil's environmental speeches at the opening of the UN General Assembly's work from 1985 to 2022. We used the theoretical from the semiotics of Algirdas Julien Greimas, the sociosemiotics of Eric Landowski and authors from ecology. From the Generative Path of Meaning, we identified the actors and enunciative structures, the thematic and figurative isotopies of such discourses and the meanings that emanate from them. The results point to advances in Brazil's socio-environmental agenda, however, the meanings attributed to the environment indicate its use as an object of value in economic and political modalities.

Keywords: media communication; semiotics; environment; UN; politics

Introdução

A temática ambiental permaneceu em segundo plano na mídia e na política até o início dos anos 70, quando a percepção dos problemas ecossistêmicos levou a Organização das Nações Unidas-ONU a realizar a “Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano” em Estocolmo, Suécia, em 1972. A partir de então, com o agravamento dos problemas, as questões ambientais gradativamente começaram a ganhar relevância e levaram à realização da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a ECO-92.

Envolvendo 108 chefes de Estados, representantes estrangeiros, agências especializadas e ONG’s, a realização daquele evento teve grande importância política e marcou o início da inclusão dos temas ambientais nos discursos de abertura dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU, por tradição, enunciados pelo Brasil.

Neste artigo visamos compreender como aqueles temas emergem ou se integram a outras temáticas nos discursos do Brasil nas aberturas dos trabalhos anuais da Assembleia Geral da ONU. Nossa análise utiliza um corpus composto por 37 discursos proferidos entre 1985, início da redemocratização do país, e o final do governo Bolsonaro em 2022.

Utilizamos a estratégia de análise qualitativa interpretativa a partir do ferramental teórico da semiótica estruturalista francesa de Algirdas Julien Greimas, da sociosemiótica de Eric Landowski e seus seguidores, e do apoio de teóricos das áreas da ecologia, tais como Christian Parenti e Jason Moore.

A produção acadêmica sobre os discursos ambientais do Brasil na ONU dá conta de inúmeros trabalhos sobre esta temática. Encontramos, inclusive, um artigo desenvolvido por Moreno e Brzezinski (2023) que utiliza o mesmo corpus e recorte temporal que adotamos, mas com objetivos e metodologia diversa da que ora propomos. Assim, consideramos que nossa pesquisa se justifica por aprofundar as investigações sobre os processos de construção discursiva da comunicação do Estado brasileiro em relação ao meio ambiente, ainda não explorados na produção consultada.

A partir dessas considerações, nosso trabalho segue um caminho que inicia pelas escolhas teórico-metodológicas, seguida da análise dos enunciadores e das estratégias discursivas para identificar os sentidos ambientais que emergem em cada período de governo.

Semiótica dos discursos ambientais do Brasil

Os discursos do Brasil na ONU são estruturados em blocos temáticos, dirigidos pelo enunciador ao presidente da Assembleia Geral e por extensão, aos demais enunciatários. São semionarrativas caracterizadas por estratégias precisas e intencionalidades que, segundo Greimas e Courtés (2018, p. 457), determinam a emergência do sentido.

Assim, os discursos do Brasil na ONU podem ser analisados através do Percurso Gerativo de Sentido, um modelo que serve à “compreensão dos princípios de organização de todos os discursos narrativos” (Greimas; Courtés, 2018, p. 330), que assim, podem ser decodificados e organizados em níveis que caracterizam sua forma de produção.

Através deste modelo, podemos identificar três patamares: o primeiro, de nível profundo, onde se inscrevem categorias semânticas baseadas em oposições e recebem uma qualificação semântica, um valor positivo denominado “euforia” ou negativo, “disforia”, que segundo Fiorin (2011, p. 23) “não são determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto”, ou seja, obedecem aos sistemas de valores inscritos no discurso. Ainda nesse nível se inscreve a sintaxe fundamental, processos com operações de negação e asserção que estabelecem relações entre os elementos do texto.

O segundo patamar refere-se ao nível narrativo onde, segundo Greimas, “personagens realizam ações” (Greimas; Courtés, 2018, p. 327) e nele temos a sintaxe narrativa e a semântica narrativa. A primeira preconiza enunciados de estado e estabelece relações de mudança através da junção ou disjunção, que unem ou afastam o sujeito em relação a um objeto. A segunda, enunciados do fazer, que mostram transformações entre estados iniciais de disjunção e finais, de conjunção.

O terceiro é o Esquema Narrativo Canônico (Greimas; Courtés, 2018, p. 334), que permite identificar os processos comunicacionais envolvidos em suas dimensões contratuais, performáticas e sancionadoras, que validam as transformações realizadas. A contratuais se manifestam através de processos de manipulação, em que um destinador - o sujeito da ação - leva um destinatário a querer-fazer, dever-fazer ou fazer-fazer uma ação, utilizando para isso, de estratégias de provocação, sedução, intimidação ou tentação. As performáticas, referem-se à competência e capacidade para realizar a ação. A sanção, por sua vez, é a

dimensão onde ocorre o julgamento e a aprovação, pelo destinador, da transformação realizada.

Prosseguindo, a narratividade também envolve sistemas baseados na regularidade e no risco que fazem parte da construção do sentido e determinam regimes de interação (Landowski, 2014, p. 32). O primeiro deles é o regime da programação, da ausência do risco e, portanto, tem pouco significado. O segundo é o regime do acidente, do acontecimento imprevisível, carregado de significados. O terceiro é o da manipulação, que envolve uma lógica de intencionalidade. E finalmente, o regime do ajustamento, baseado em uma lógica de sensibilidade entre sujeitos.

Da presença ou ausência e da articulação entre esses processos podemos identificar a emergência do sentido. Com este suporte teórico passaremos à análise dos enunciadores e dos discursos em cada período de governo.

Enunciadores e discursos na ONU

O Brasil passou a discursar nas aberturas dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU a partir de 1955, como uma sanção ao país pelo apoio durante a II Guerra Mundial e pela participação na criação daquela Entidade. Originalmente proferidos pelo Ministro das Relações Exteriores, esses discursos passaram a ser enunciados, por delegação actancial (Greimas; Courtés, 2018, p. 20), pelo presidente da República em determinados momentos¹, a partir do governo do Presidente José Sarney, em 1985².

Assim, ao assumir seu papel temático, o presidente agrega sentidos ao texto enunciado na medida em que carrega o poder simbólico da instituição que representa ou “O Presidente e sua palavra são indivisíveis como entidade política” (Armony, 2005, p. 35, tradução nossa).

Essa actorialização envolve uma presença midiática que, segundo Landowski (1992, p. 89), estabelece uma relação de reciprocidade entre um destinatário que vê a imagem que

¹ Os discursos de 1986 a 1988 foram enunciados por Abreu Sodré. O de 1992 por Luiz Felipe Lampreia. Os de 1993 e 1994 por Celso Amorim. De 1995 a 2000 por Luiz Felipe Lampreia. Em 2002 por Celso Lafer. E em 2005 e 2010 por Celso Amorim (Corrêa, 2007, p.8).

² Antes de José Sarney houve apenas uma exceção: o General João Figueiredo, que discursou em 1982 (Corrêa, 2007, p.8).

um destinador proporciona de si mesmo, um fazer-se ver para captar um querer-ver, sob a forma de atenção dos destinatários.

Essa actorialização, entretanto, expõe a instância máxima de poder do país à opinião pública, considerada enquanto actante coletivo capaz de modalizar a ação política e, quando disfórica, levar o presidente a “querer não ser visto” (Landowski, 1992, p. 93). Assim, em determinados momentos, o presidente delega tal enunciação ao representante do Itamaraty como forma de se manter presente, mas sem ser visto. Essa alternância sugere estratégias de presença e enunciação que dependem dos interesses do presidente, da nação e da conjuntura internacional como veremos adiante.

Governo de José Sarney (1985-1990)

O ex-presidente José Sarney foi o enunciador no primeiro e no último ano de seu governo. No primeiro (1985), foi um actante que procurava modalizar seus destinatários para fazer-creer no processo de retorno à normalidade democrática e sobre a competência do país para superar seus desafios políticos e econômicos. Esse modelo, associado à globalização, neoliberalismo e protecionismo, levaram o Brasil a uma

deterioração das relações com os Estados Unidos, [seja pelos contenciosos comerciais, seja porque o Brasil perdeu significado enquanto parceiro no governo Reagan]. Em segundo lugar, destacamos a visível decadência política e econômica do terceiro mundo, que já perdia, nos idos da década de 1980, sua identidade coletiva de bloco alternativo de poder, que o havia animado nos vinte anos anteriores (Casarões, 2011, p. 56).

Nesse contexto de disputas, enquanto o país vivia a regularidade de uma economia fragilizada, chegando à moratória e, portanto, com sua competência questionada, Sarney delega a enunciação dos discursos brasileiros ao Ministro das Relações Exteriores - Roberto de Abreu Sodré - no segundo e terceiro anos do seu mandato. Voltaria a discursar em 1989, objetivando as conquistas de seu governo com a aprovação da Constituição de 1988. O início e final de seu mandato foram momentos em que o presidente desejava oferecer uma imagem eufórica de si mesmo, ou seja, em que desejava ser visto (Landowski, 1992, p.89), dado que as grandes potências econômicas internacionais, enquanto destinadoras, poderiam sancionar sua gestão e aceitar contratos fiduciários (Greimas; Courtés, 2018, p. 132 e 208).

No plano ambiental, os sentidos de descaso com a Amazônia eram reforçados pelo legado predatório dos governos militares e pela repercussão da morte de Chico Mendes ocorrida em 1988. Eles foram utilizados como camuflagens objetivantes pela comunidade internacional em tentativas de modalização para administração compartilhada da Amazônia, um objeto de valor considerado pelo Relatório Bruntland³ como patrimônio da humanidade, cujos recursos naturais precisavam ser protegidos e explorados.

Segundo o texto, os recursos naturais não podiam mais ser pensados sob a esfera de um único país, ou apenas daqueles onde se localizassem. Quer dizer, tais recursos, que diziam respeito aos interesses de toda a humanidade, deveriam ser geridos internacionalmente, daí a ideia de soberania compartilhada ou restrita, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável (Prado; Miyamoto, 2010, p. 77).

Apesar desses discursos disfóricos e da pretendida modalização, a temática ambiental não apareceu nos discursos deste período. Ela surge na agenda brasileira apenas em um curto trecho do discurso de 1988, enunciado por Abreu Sodré em termos vagos e protocolares como veremos adiante, mencionando o descarte de resíduos tóxicos no mar e a necessidade de implementar as resoluções da Convenção das Nações Unidas a esse respeito.

Para isso, o Ministro faz a enunciação na terceira pessoa, através de uma debreagem enunciativa actancial que projeta o sujeito da enunciação (o país e por delegação, o enunciador) e o enunciado para uma temporalidade futura e indeterminada, criando um efeito de sentido de vagueza e distanciamento sobre o tema. Em seguida, utiliza uma debreagem enunciativa e uma enunciativa - para fazer-criar no apoio a medidas que virão a ser definidas num tempo futuro.

Identificamos na preservação do meio ambiente, na necessidade de evitar o dumping de resíduos tóxicos e na implementação das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar expressivos pontos de interesse comum. As conclusões da Reunião do Rio de Janeiro, estou convencido, hão de merecer apoio generalizado dos Estados-membros da ONU (Corrêa, 2007, p. 494).

A isotopia ambiental surge novamente em 1989, no último ano do mandato de José Sarney em uma condição de visibilidade que indica que queria ser visto novamente para prestar

³ Relatório Bruntland – Publicado em outubro de 1987 sob o título “Nosso futuro comum”, foi elaborado pela Dra. Gro Harlem Bruntland a pedido da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual se introduziu os conceitos de desenvolvimento sustentável. (Nações Unidas Brasil, 2020)

contas do seu governo e preparar a chegada do seu sucessor. Assim, o presidente foi o enunciador de um discurso que tratava, em um mesmo bloco, da questão ambiental e ações de seu governo para o controle do tráfico de drogas na região Amazônica (Corrêa, 2007, p. 510 a 512).

A narrativa desta modalização utiliza uma camuflagem objetivante, que inicia com um oxímoro - “a morte da vida” - ligando duas expressões com termos vagos, amplos e polissêmicos (Greimas e Courtés, 2018, p. 376) como “no planeta” e “a humanidade”. Essa estrutura produz um resultado sensível pelo uso de termos semanticamente contrários, mas têm como efeito de sentido, distanciar os problemas do destinatário.

Duas grandes questões devem igualmente ser objeto da nossa preocupação prioritária: a proteção ambiental e o combate ao tráfico e uso de drogas. Estes temas estarão cada vez mais presentes em nossa agenda. O primeiro é o da sobrevivência da humanidade, a morte da vida no planeta. O segundo, o da vida da morte, a antívida, a liquidar a pessoa humana, principalmente em sua fonte mais pura, que é a juventude (Corrêa, 2007, p. 510 a 512).

Ainda naquele discurso, Sarney condiciona a validade de uma possível responsabilidade compartilhada a uma paridade com os padrões de consumo dos países ricos, ou seja, remete à promoção de um desenvolvimento que cause o mesmo nível de poluição dos países desenvolvidos e por conseguinte, a corresponsabilização pelas suas consequências.

Este discurso de equivalência tem o sentido de insinuar, sutilmente, um novo contrato de veridicção, substituindo o objeto de valor “meio ambiente” por “crescimento econômico” para equivalência do ônus da poluição ambiental, mas não o de combatê-la.

Os países em vias de desenvolvimento não podem aceitar, como base para um novo relacionamento internacional, um conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável que confira apenas a eles a tarefa de assegurar o equilíbrio ecológico do planeta. Para que esse conceito tenha validade, será indispensável estendê-lo aos países industrializados, de forma que se possa determinar também a possibilidade de sustentação, do ponto de vista ambiental, dos padrões de produção e de consumo atingidos por esses países. (Corrêa, 2007, p. 511)

Em resposta às iniciativas de modalização para uma administração compartilhada da Amazônia, reafirma a competência do país para manter a soberania sobre a região, objetivada por um histórico de cuidados, incluindo a recusa à presença de grandes empresas

exploradoras de recursos naturais, em especial ao projeto do Instituto Hudson, que previa a construção de sete grandes barragens, cujos lagos permitiriam a navegação por toda a Amazônia. Se concretizado, cidades, comunidades indígenas e grande parte da floresta ficariam sob as águas (Queiroz, 2014, p. 26.). Finaliza a objetivação desta competência, enunciando medidas que diminuiriam as queimadas, ampliaram áreas de preservação e criação de reservas para os povos originários.

Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Collor foi o enunciador dos discursos do Brasil nos seus dois primeiros anos de mandato, representando um país fragilizado por problemas econômicos e grandes mudanças nas relações de forças políticas (Sallum Jr., 2011, p. 261).

Em seu primeiro discurso, Collor convida chefes de estado e de governo a comparecerem à Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO-92, no Rio de Janeiro. Dessa actorialização, feita na primeira pessoa, emerge um sentido de poder fazer, de competência para levar o país a sediar um grande evento. Em seguida, enquanto destinador, Collor enuncia o objetivo da modalização, ou seja, a realização de acordos de responsabilidade compartilhada para fornecimento de tecnologia e recursos pelos países que causam maiores danos ao meio ambiente.

Os países que, historicamente, mais contribuíram para a contaminação ambiental têm uma responsabilidade maior a esse respeito. Ao facilitarem a provisão dessas tecnologias e desses recursos, assumirão papel crucial na reversão do quadro de catástrofe ecológica que esta geração injustamente herdou (Corrêa, 2007, p. 527).

Collor objetiva sua modalização com termos vagos e polissêmicos exibindo as ações realizadas sob seu governo: a vigilância ecológica, o zoneamento feito de forma “científica” para delimitar áreas para preservação e acena com a existência de outras formas para seu desenvolvimento econômico reafirmando a competência do Estado brasileiro no gerenciamento dos “valores de uso da natureza não-humana” (Parenti, 2022, p. 282).

Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do país, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as grandes áreas que devem ser integralmente reservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico. (Corrêa, 2007, p. 527).

Em seu discurso de 1991, o presidente agrega temas sociais aos ambientais⁴ e um compromisso com as gerações futuras: sair de uma situação de disjunção com a qualidade de vida para uma de conjunção, através da erradicação da pobreza e correção de padrões de consumo.

No terceiro ano do governo Collor o país atravessava um período marcado pela lógica do acidente, enfrentando os riscos uma crise política e institucional: o presidente vivia um processo de *impeachment* que, simbolicamente, lhe retirava a delegação actancial e, portanto, a competência para falar em nome da nação durante a ECO-92. Dessa forma, não queria ou não deveria ser visto em um evento daquela magnitude. Assim, o enunciador do discurso do Brasil na ONU em 1992 foi Celso Lafer, Ministro das Relações Exteriores.

Em seu discurso, o ministro fez enunciações delegadas, ora falando em nome do sujeito Brasil, ora em nome do presidente Collor, ao enfatizar a disposição de orientar a noção de desenvolvimento para bases sustentáveis, com inclusão de desenvolvimento social, combate à pobreza e ao desperdício pelo excesso de consumo (Corrêa, 2007, p. 560). Prossegue sancionando os resultados positivos do evento e retorna ao programa narrativo de base daquele governo: a obtenção capitais e tecnologia, propondo contratos de veridicção em que os objetos de valor são o meio ambiente e a vida na terra, agora associados ao combate à pobreza.

Sob o prisma ambiental, os discursos dos três anos do governo Collor apresentaram avanços, entretanto, evocaram a mesma topologia em que o meio ambiente, a vida na terra e a possibilidade de exploração dos recursos naturais são utilizados como objetos de valor para obter capitais e tecnologia.

Governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (1993-2002)

Nos governos seguintes - Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - os enunciadores foram os Ministros das Relações Exteriores Celso Amorim, Luiz Felipe Lampreia e novamente Celso Lafer. A exceção ocorreu em 2001, quando foi enunciado pelo

⁴ No discurso de 1991 Collor afirmou: “-Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto.” (Corrêa, 2007, p. 542).

residente Fernando Henrique Cardoso, em solidariedade aos EUA pelo atentado às torres do World Trade Center.

Entre 1993 e 2002 as temáticas ligadas ao meio ambiente não estiveram nos discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU. Essa ausência traz o sentido de que elas foram prioritárias apenas enquanto objeto de valor no período em que o país organizou e sediou a COP-92 (1989-1992). A própria mudança na delegação actancial dos enunciadores - da presidência para os ministros das Relações Exteriores nesse período - sugere um sentido de secundariedade dos temas ambientais para o país e para a comunidade internacional.

A seguir, a análise dos discursos dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Os problemas sociais se tornaram isotopia nos discursos de Lula na Assembleia Geral da ONU. O presidente colocou a fome e a miséria como contrários em relação ao desenvolvimento, tecnologia, ciência e riqueza, mas parte de um mesmo processo, em que os benefícios de um são anulados pela existência do outro.

Nada é tão absurdo e inaceitável quanto à persistência da fome em pleno século XXI, a idade de ouro da ciência e da tecnologia. A cada dia a inteligência humana amplia o horizonte do possível, realizando prodigiosas invenções. E, no entanto, a fome continua e, o que é mais grave, se alastra em várias regiões do planeta (Brasil, 2003).

Lula itera essa isotopia e agrega outros temas sociais aos discursos posteriores, tais como a ausência de paz, o descaso e a omissão que vitimam gerações pela fome e a doença.

Essas iterações têm o efeito de sentido de tornar a fome e a miséria em objetos de valor para fazer-crer na importância e urgência de se propor soluções para os problemas sociais. Simultaneamente, têm o sentido de demonstrar a asserção do Brasil a essas temáticas, objetivadas por Lula com o programa “Fome Zero”, geração de renda e empregos, que anteciparam o atingimento das Metas do Milênio. Em seu discurso de 2007, Lula avança na temática social ao criticar um modelo de capitalismo que provoca desigualdades e compromete o planeta para as gerações futuras. Da mesma forma, inclui o tema da soberania do Brasil sobre a Amazônia associando a proteção ecossistêmica à sustentabilidade e desenvolvimento econômico e social.

Utilizando o tema ambiental, Lula procura modalizar a comunidade internacional para ampliar a pauta de exportações com a inclusão de combustíveis alternativos dos quais o Brasil tem tecnologia e áreas para produção.

O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. (Brasil, 2007)

Ainda pelo caminho de associar temas de interesse econômico às isotopias socioambientais em sua enunciação, Lula insere as Rodadas de Doha, em uma tentativa de modalização para diminuir barreiras protecionistas no âmbito da Organização Mundial de Comércio-OMC. São temáticas de interesse comercial e apenas indiretamente ligadas à questão da fome e da miséria. Da mesma forma, também não têm ligação com ecologia, na medida em que a agricultura de commodities ou da cana para produção de combustíveis provoca elevada degradação ambiental e têm alcance social reduzido (Feix; Miranda; Barros, 2010, p. 608).

O último discurso do segundo mandato de Lula foi enunciado pelo Chanceler Paulo Amorim, em 2010. Nele, faz uma enunciação com camuflagens objetivantes em nome dos sujeitos Brasil e Lula. Sobre os temas ambientais, iterou o convite para a Conferência Rio+20 e ajustamento aos contratos fiduciários estabelecidos nos Objetivos do Milênio.

Governos de Dilma Rousseff (2011-2015)

Em seus seis anos de governo, Dilma Rousseff foi a enunciadora dos discursos do Brasil na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU. Dilma fez uso de debreagens objetivantes e subjetivantes para falar sobre as políticas públicas em seu governo. Em relação aos temas ambientais, tais discursos apresentaram continuidades e aperfeiçoamentos em relação às temáticas estabelecidas no governo anterior, como veremos a seguir:

a - Inclusão do elemento social associado ao ambiental e inserção da mulher.

Dilma, enquanto destinadora, enuncia a sua sanção às políticas sociais do governo anterior, dando continuidade a elas pelos resultados positivos que apresentaram. Agrega uma nova temática, inserindo a mulher enquanto sujeito na superação das desigualdades sociais.

Em 2012, Dilma enuncia a competência do país para sediar a Rio+20 e negociar avanços nas agendas ambientais dos participantes, particularmente na definição de paradigmas de desenvolvimento sustentável. Destaca o ajustamento do Brasil às metas ambientais negociadas e objetivadas com a diminuição do desmatamento na Amazônia.

b - Responsabilização compartilhada.

Continuaram as tentativas de modalização dos países desenvolvidos iterando a narrativa de base de responsabilização proporcional à agressão ambiental que produzem e nos esforços para sua mitigação.

c - Diminuição do desmatamento na Amazônia

Os discursos de todo o período Dilma iteram as isotopias temáticas da diminuição do desmatamento, agora objetivadas pelos dados Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE.

d - Uso de energia renovável

O uso intensivo e crescente de energia renovável foi apresentado como objetivação para atender às metas de diminuição de emissão de gases de efeito estufa.

e - Demanda por financiamentos e tecnologia

No governo Dilma essas demandas continuaram e se ampliaram, envolvendo não apenas o Brasil, mas os países em desenvolvimento de uma forma geral.

Essas topologias revelam uma continuidade de objetivos e ações em relação ao governo anterior e traduzem a persistência e o esforço do país em direção a políticas sociais e ambientais sustentáveis.

Governo de Michel Temer (2016-2018)

Em 2016, o presidente Michel Temer, alçado a essa condição pelo impeachment da presidenta Dilma Roussef, faz um pronunciamento dirigido, predominantemente, ao presidente das Nações Unidas, Peter Thomson. Essa participação envolve duas estratégias sutis, mas com significados de busca por legitimação de sua autoridade: a primeira, ao definir

sua participação, formalmente, com o termo “pronunciamento” e não como “discurso”. O pronunciamento tem o sentido de ser a declaração de algo consumado, vinda de alguém com competência e autoridade para o enunciar. O discurso, por sua vez, é uma exposição oral, voltada para argumentação ou demonstração, portanto, um termo que não define, a priori, a autoridade do sujeito que o enuncia. Assim, ao fazer um “pronunciamento”, Temer enuncia também sua autoridade, enquanto presidente, para fazê-lo.

A segunda diz respeito à definição dos destinatários da sua mensagem.

Usualmente os discursos na ONU são dirigidos ao presidente apenas na abertura de cada bloco temático, entretanto, Temer dirige sua enunciação ao presidente da ONU, mesmo no interior do texto. Essa estratégia produz um efeito de debreagem actancial enunciativa que o aproxima da instância máxima da Entidade e o situa na mesma topologia, ou seja, entre presidentes. Desta forma ela produz o efeito de legitimá-lo enquanto presidente do país e como sujeito competente diante dos enunciatários.

Em seu último ano de mandato, Temer utiliza debreagens enuncivas para falar sobre a performance de seu governo no setor ambiental: negociação da Agenda 2030, ratificação do Acordo de Paris e sobre justiça social, em um governo que se notabilizou por políticas restritivas aos interesses trabalhistas e sindicais.

Aparentemente, sentidos de legitimidade e autoridade foram preocupações nos discursos Temer. Para tanto, utilizou estratégias sutis e precisas que criaram aproximações e distanciamentos que se complementam na construção dos efeitos de sentido pretendidos: para as aproximações, Temer usou debreagens enunciativas com verbos de ação e intencionalidade (depositarei, trago, assinarei, entregarei) que criam camuflagens subjetivantes e fazem emergir um sentido de competência modal. Para criar distanciamentos, utilizou verbos na terceira pessoa e debreagens objetivantes para produzirem o sentido de fazer crer na legitimidade do seu mandato.

A seguir, os discursos do governo Jair Bolsonaro.

Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Jair Bolsonaro foi o enunciador de quatro discursos em um governo em que a lógica do acidente acabou se tornando uma regularidade. Em todos, deixou marcas grotescas num

regime de presença definido como “bufão” (Landowski, 2002, p. 204), utilizando as aberturas dos trabalhos da Assembleia Geral da ONU como oportunidade para estabelecer uma função fática e estética (Demuru; Fachine, 2022, p. 19) para aproximá-lo e facilitar a modalização dos destinatários que compõem suas bases de apoio.

Segundo Landowski, o político bufão é aquele que adota um regime de visibilidade marcado pela “impertinência e pela grosseria”, utilizando

trocadilhos pífios, vulgaridade deliberada na expressão e na atitude, crueza ou até inconveniência de propósito [...] só reconhece a etiqueta do meio político, e de forma mais geral, as convenções do debate público, na intenção calculada de violá-las (Landowski, 2002, p. 204).

Dado o nosso objetivo, vamos nos deter nos segmentos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade daqueles discursos.

O discurso de 2019, foi enunciado sob a forma de uma camuflagem subjetivante, na primeira pessoa, com pronomes possessivos, emergindo daí um sentido inequívoco de fiador da verdade, de posse e autoritarismo em relação ao Estado. Ao falar de temas ambientais, Bolsonaro não enunciou sobre preservação, mas justificou as agressões ou negligência de seu governo ao meio ambiente utilizando estratégias para produzir o efeito de verdade a partir de uma lógica inexistente, usando informações falsas ou autoverdades em que o efeito de verdade é produzido apenas porque o enunciador afirma que é verdadeiro. Para tanto, menciona as dimensões da Amazônia que, pela vastidão, não precisa ser preservada ou atribui as queimadas naquela região ao clima seco, obra de indígenas ou populações locais.

Os discursos seguintes foram enunciados na primeira ou terceira pessoas e procuraram produzir um efeito de verdade a partir da desinformação e da criação de antissujeitos para defender seu governo de acusações sobre desmatamentos e queimadas na Amazônia. O discurso de 2021 trouxe, inclusive, uma enunciação com texto oficialmente grafado em maiúscula, recurso utilizado como indicativo de gritos destinados a intimidar os destinatários: “- QUAL PAÍS DO MUNDO TEM UMA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL COMO A NOSSA?”

Conclusões

Os discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU revelam continuidades e descontinuidades. Entre as continuidades, a primeira isotopia temática é a da responsabilização dos países desenvolvidos pela maior parte dos problemas ambientais que, por sua vez, não aceitam esta modalização e se recusam a estabelecer contratos que possam reduzir sua atividade econômica.

A segunda isotopia decorre da primeira, ou seja, a iteração de discursos com solicitações financeiras ou tecnológicas. Embora os financiamentos sejam necessários aos projetos ambientais, esta associação entre meio ambiente e economia nos discursos sugere acordos de tolerância aos danos ambientais, se mitigados pela via financeira.

A terceira diz respeito à inclusão do homem associado às questões ambientais: pela primeira vez, o homem passou a ser considerado parte da natureza e, portanto, parte de uma “ecologia-mundo” (Moore, 2022, p. 10). Os discursos do presidente Lula evidenciaram essa política de Estado. Entretanto, este tema também foi utilizado como objetivação para modalizações de natureza econômica, como as Rodadas de Doha ou a exportação de etanol, atividade causadora de danos ambientais apenas remotamente ligada à questão social.

A quarta isotopia é a da figurativização de meio ambiente através da Amazônia. Essa concepção produz um apagamento dos demais biomas, que têm menor proteção e sofrem agressões severas.

A quinta é a do sentido da floresta Amazônica objetificada como distante, infinita, exótica (Barros, 2007, p. 131), que dificilmente irá interferir na vida das pessoas. Esse sentido provoca um afastamento da sociedade em relação à sua importância e necessidade de proteção.

Derivada da anterior, temos a isotopia da soberania e competência do país sobre a região amazônica. A estratégia adotada para afirmar a soberania brasileira é baseada na objetivação dos resultados de diminuição do desmatamento e queimadas que apresentam inconsistências, dificultando seu sentido de parecer verdadeiro.

Finalizando, temos a isotopia da produção de energia renovável com sentido de “energia limpa”. Tais formas de energia, embora importantes do ponto de vista econômico,

são agressivas ao meio ambiente por produzirem o desaparecimento ou mudança de ecossistemas, poluição de mananciais, contaminação e emissão de gases.

Os discursos do período Bolsonaro evidenciaram uma intencionalidade de negligenciar ou desfazer estruturas e conquistas socioambientais dos 33 anos anteriores, privilegiando atividades econômicas predatórias ao meio ambiente e aos povos originários.

As isotopias contidas nesses 37 anos de discursos indicam que, apesar de retrocessos pontuais houve um inegável avanço na agenda socioambiental do Brasil, todavia, os sentidos atribuídos ao meio ambiente ainda remetem ao seu uso como objeto de valor em modalidades econômicas e políticas.

REFERÊNCIAS

ARMONY, Victor. Aportes teórico-metodológicos para El estudio de la producción social de Sentido a través del análisis del Discurso presidencial. **Revista Argentina de Sociología**. Año 3 n° 4. p 32-54. Mayo-junio 2005 Buenos Aires-Argentina. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26930403> – Acesso em 23/02/2024.

BARROS, Antonio Teixeira de. Visões do paraíso: o discurso oficial brasileiro sobre ecologia e a exaltação das belezas naturais da Amazônia. **Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos**. México. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org.mx/pdf/latinoam/n44/2448-6914-latinoam-44-129.pdf> Acesso em 15 mai. 2024.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 78ª Assembleia da ONU**. Nova Iorque-EUA. 19 set. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu> Acesso em 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembleia-Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 25 set. 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 23 set. 2008. Disponível

em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-09-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-63a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view> Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2003-2010: Luiz Inácio Lula da Silva). **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 23 set. 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/23-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-do-debate-geral-da-64a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas> Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2010: Celso Amorim). **Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas 2010**. Nova Iorque – EUA. 23 set. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/celso-amorim/discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010> Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 2011**. Nova Iorque-EUA. 21 set. 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua> .Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 25 set. 2012. Disponível em: [25-09-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas — Biblioteca \(presidencia.gov.br\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua) Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 24 set. 2013. Disponível em: [Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova York, Estados Unidos, 24 de setembro de 2013 — Ministério das Relações Exteriores \(www.gov.br\)](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-estados-unidos-24-de-setembro-de-2013) Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque-EUA. 24 set. 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

[debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-ONU](#) .Acesso em 24 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque-EUA. 28 set. 2015. Disponível em: [28-09-2015 - Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA — Biblioteca \(presidencia.gov.br\)](#) . Acesso em: 24 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2016-2019: Michel Temer). **Pronunciamento do Sr. Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Nova Iorque-EUA. 20 set. 2016. Disponível em: [20-09-2016-Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA \(20min19s\) — Biblioteca \(presidencia.gov.br\)](#) . Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2016-2019: Michel Temer). **Discurso do Sr. Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Assembleia Geral da ONU.** Nova Iorque-EUA. 19 set. 2017. Disponível em: [19-09-2017-Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU — Biblioteca \(presidencia.gov.br\)](#) Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2016-2019: Michel Temer). Em discurso na ONU, Temer critica unilateralismo e intolerância. **Agência Brasil.** Nova Iorque-EUA. 25 set. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/internacional/noticia/2018-09/em-discurso-na-ONU-temer-critica-unilateralismo-e-intolerancia>. Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil.** Nova Iorque-EUA. 24/09/2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Dtmna9> .Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na 75ª Assembleia Geral da ONU. **Agência Brasil.** 22/09/2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qbcLxI> . Acesso em 25 jul 2023.

BRASIL.Presidente (2016-2019: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso do Sr. Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Debate Geral da 76ª Assembleia Geral da ONU.** Nova Iorque-EUA. 21 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/09/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-76deg-assembleia-geral-da-ONU> . Acesso em 25 jul. 2023.

BRASIL.Presidente (2016-2019: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na Abertura do Debate Geral da 77ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU.** Nova Iorque-EUA. 20 set. 2022.

Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-do-debate-geral-da-77a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-agnu>. Acesso em 25 jul. 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância**. 2011. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3XDIzYH>. Acesso em 02 jul. 2023.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Org). O Brasil nas Nações Unidas - 1946-2006. **Fundação Alexandre de Gusmão**. Brasília/DF: FUNAG. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3poRuQI>. Acesso em 08 mai. 2023.

DEMURU, Paolo; FECHINE, Yvana. **Um bufão no poder. Ensaios sociosemióticos**. Rio de Janeiro/RJ: Confraria do Vento. 2022.

FEIX, Rodrigo Daniel, MIRANDA, Silvia Helena Galvão e BARROS, Geraldo Santana de Camargo. Comércio Internacional, Agricultura e Meio Ambiente: teorias, evidências e controvérsias empíricas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Vol. 48 nº 3 p. 605-634. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER. Piracicaba/SP: 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3XVq1D5>. Acesso em 15 jul. 2023.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de Análise do Discurso**. São Paulo/SP: Editora Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas J. **Sobre o sentido II. Ensaios semióticos**. São Paulo/SP: Edusp, 2014.

GREIMAS, Algirdas J.; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo/SP: Contexto, 2018.

LANDOWSKI, Eric. **A sociedade refletida**. São Paulo/SP: Educ/Pontes, 1992.

LANDOWSKI, Eric. **Interações arriscadas**. São Paulo/SP: Estação das Letras e Cores, 2014.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do outro**. São Paulo/SP: Ed. Perspectiva, 2002.

MOORE, Jason. O surgimento da natureza barata. In MOORE, J.W. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e crise do capitalismo**. São Paulo/SP: Elefante, 2022.

MORENO, Derliz Hong Hung; BRZEZINSKI, Maria Lúcia Navarro Lins. O meio ambiente nos discursos presidenciais do Brasil redemocratizado na Assembleia Geral da ONU de 1985 a 2022. **Iguazu Science**, v. 1, n. 1, fev. 2023. Disponível em: <https://iguazu.uniguacu.com.br> Acesso em 22 fev. 2024.

Nações Unidas Brasil. **A ONU e o Meio Ambiente**. Brasília, DF. c2020. Disponível

em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente> . Acesso em 15 mai. 2024.

PARENTI, Christian. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. In MOORE, J.W. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo**. São Paulo/SP: Elefante, 2022.

PRADO, Débora Figueiredo Barros; MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa do governo José Sarney (1985-1990). **Revista de Economia & Relações Internacionais**. Fundação Armando Álvares Penteado Vol. 8 (16). 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3NwXQWh> . Acesso em 27 jun. 2023.

PUGLIESE, L.; LOURENCETTI, C.; RIBEIRO, M. L. Impactos ambientais na produção do etanol brasileiro: uma breve discussão do campo à indústria. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 142-165, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3rxsBDm> Acesso em: 17 jul. 2023.

QUEIROZ, F. A. Seria a Hileia uma arena de baixo custo na lógica de poder da Guerra Fria? O caso dos Grandes Lagos Amazônicos (1964-1968). **OPSIS**, v. 14, n. Especial, p. 266–286, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/30416>. Acesso em: 15 mai. 2023.

SALLUM JR, Brasílio. Governo Collor: O Reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira. **Revista Dados**. Vol. 54 no 1, p. 259-288. Rio de Janeiro/RJ: UERJ, 2011 - Disponível em: <https://bit.ly/42XNbd6> .Acesso em 27 jun. 2023.

SILVA, Rosana Louro Ferreira. **O meio ambiente por trás da tela - estudo das concepções de educação ambiental dos filmes da TV escola**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3r5p3YI>. Acesso em: 23 mai. 2023.

BIOGRAFIA DOS AUTORES

ANTONIO ROBERTO ROSSI

Doutorando em Comunicação e Semiótica pela Universidade Paulista (UNIP) e mestre em Comunicação pela mesma universidade. Graduado em História pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e pesquisador do Centro de Pesquisas Sociosemióticas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: rossigprs@gmail.com

PAOLO DEMURU

Doutor em Semiótica pela Universidade de Bologna, doutor em Semiótica e Linguística Geral pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisador do Centro de Pesquisas Sociosemióticas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

E-mail: paolo.demuru@mackenzie.br